

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.338 - DF (2019/0164619-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : UBIRACY ZANANI
ADVOGADOS : RAFAEL KLIER DA SILVA OLIVEIRA - DF025172
IGOR MARTINS CARVALHO RODRIGUES - DF029288
GUSTAVO BRASIL TOURINHO E OUTRO(S) - DF043804
MARCEL GASTON NOGUEIRA - DF044263
LUIZ HENRIQUE SILVA EGIDIO DA COSTA - DF045906
EMBARGADO : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADOS : HELENA MECHLIN WAJSFELD CICARONI - SP194541
MARCELO MARCUCCI PORTUGAL GOUVEA - SP246751
ELON CAROPRESO HERRERA - SP399752

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por UBIRACY ZANANI contra a decisão (fls. 659/662 e-STJ) que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento, em virtude da ausência de demonstração de afronta dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 e por aplicação da Súmula nº 7/STJ.

O embargante aduz, em síntese, que a decisão é omissa diante da falta de análise da alegada violação dos arts. 489, § 1º, II, "b", e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. No ponto, afirma que pedido de assistência judiciária está fundamentado na impossibilidade de arcar com os honorários sucumbenciais e não quanto às custas judiciais.

Além disso, sustenta que não há falar em aplicação da Súmula nº 7/STJ, tendo em vista que o que se pretende é que seja declarado que o prazo prescricional tem início a partir do cancelamento do contrato e não do pagamento da última parcela do seguro.

Devidamente intimada, a parte embargada ofereceu impugnação (fls. 679/684 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Os presentes embargos não merecem prosperar.

As questões suscitadas não constituem contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pela decisão embargada, o que inviabiliza o seu exame no atual momento processual.

Consoante o disposto no art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração somente são cabíveis para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar o juiz, de ofício ou a

requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

Na hipótese, negou-se provimento ao recurso especial porque não foi demonstrada a negativa de prestação jurisdicional. Sobre a questão - **pedido de gratuidade da justiça fundamentado no valor dos honorários sucumbenciais** -, o acórdão proferido nos embargos de declaração acentuou que

"(...) O recorrente alega contradição e omissão no Acórdão ao indeferir o pedido de concessão da Justiça Gratuita, sob o argumento de que o recolhimento das custas ensejaria comportamento contraditório ao pedido mencionado, isto porque, ao reiterar o pedido em sede do Recurso de Apelação, o embargante foi expresso ao justificar o novo pedido, com supedâneo nos custos estratosféricos que a demanda atingiu.

Nesse ponto, o Acórdão foi claro ao asseverar que

'Ah initio, o apelante requer a concessão da Gratuidade de Justiça, sob o fundamento de que os custos da demanda se tornaram estratosféricos, podendo inviabilizar o sustento do apelante e sua família.

Verifica-se que tal pedido também foi requerido na Petição Inicial, tendo o Juízo a quo intimado o apelante a fim de apresentar cópia da última declaração do imposto de renda, extratos bancários dos últimos 03 (três) meses referentes às contas correntes e poupança de sua titularidade ou recolher as custas processuais. O apelante optou por recolher as custas processuais e não juntar os documentos comprobatórios de sua hipossuficiência. Em sede recursal, o apelante requer novamente o benefício, porém não junta qualquer documento capaz de comprovar sua situação de miserabilidade, pelo contrário, recolheu o preparo recursal (ID 3828215). Esse ato, em flagrante comportamento contraditório ao pedido de Justiça Gratuita, demonstra a possibilidade de o recorrente arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento ou de sua família.'

O artigo 99, parágrafo 7º do Código de Processo Civil, versa que:

'O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.'

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, o pagamento do preparo recursal é contraditório ao pedido de Justiça Gratuita, pois demonstra a possibilidade de o recorrente arcar com as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento ou de sua família" (fl. 571 e-STJ - grifou-se).

Assim, ficou registrado na decisão embargada que o fato de o acórdão ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte não configura prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária.

Ademais, no que diz respeito à prescrição, aplicou-se o entendimento sumulado no Verbete nº 7/STJ, haja vista que a conclusão do acórdão recorrido resultou da análise do contexto fático probatório dos autos.

Isso porque o tribunal de origem decidiu

"(...) em pese seja reconhecida a possibilidade de análise do fundo do direito nos contratos de trato sucessivo, constata-se que a última parcela paga pelo apelante foi em março de 2016, ou seja, mais de um ano da propositura da ação, a qual se deu somente em 20/04/2017.

Dessa forma, inexistindo pagamento das 12 (doze) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação, não há cobrança indevida nem possibilidade de análise dos efeitos patrimoniais durante esse prazo" (fls. 537/538 e-STJ- grifou-se).

Na verdade, o embargante deseja rediscutir a matéria julgada de maneira inequívoca, além de afirmar a existência de omissão e obscuridade no julgado sem comprovar suas alegações.

Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir algum erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator